

A ASCENSÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA: UMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Thomas Cauvin

Resumo: Este artigo explora o nascimento e o desenvolvimento da História Pública e apresenta os diferentes critérios que levaram à sua internacionalização dos anos 70 à recente criação da Federação Internacional de História Pública. Considerando mormente a América do Norte e a Europa, a perspectiva internacional situa o desenvolvimento da História Pública dos Estados Unidos em um contexto mais amplo de debate acerca da mudança de papel do historiador. Enquanto que nos anos 80 a História Pública era mais percebida como a aplicação da história a questões do presente, por meio de consultorias, a mais recente internacionalização se faz de uma variedade de abordagens nacionais e locais ao campo de estudos.

Palavras-chave: Tesouro: internacional, universidade, historiador, História Pública.

The rise of Public History: an international perspective

Abstract: This article explores the birth and development of public history and presents the different criteria of its internationalization from the 1970s to the more recent creation of the International Federation of Public History. Based mostly on North America and Europe, the international perspective sets the development of public history in the United States into a broader context of debates about the changing role of historians. While public history was mostly perceived in the 1980s as the application – through consulting – of history to present-day issues, the more recent internationalization is made of a variety of local and national approaches to the field.

Keyword: Thesaurus: international, university, historian, public history.

El auge de la Historia Pública: una perspectiva internacional

Resumen: Este artículo explora el nacimiento y el desarrollo de la Historia Pública y presenta los diferentes criterios que llevaron a su internacionalización de los años 70 a la reciente creación de la Federación Internacional de Historia Pública. En vista de América del Norte y de Europa, la perspectiva internacional sitúa el desarrollo de la Historia Pública de los Estados Unidos en un contexto más amplio de debate sobre el cambio del papel de los historiadores. Mientras que en los años 80 la Historia Pública era más percibida como la aplicación de la historia a cuestiones del presente, por medio de consultorías, la más reciente internacionalización se hace de una variedad de enfoques nacionales y locales al campo de estudios.

Palabras clave: Thesaurus: internacional, universidad, historiador, historia pública.

Introdução¹

O termo *Public History*, acunhado por Robert Kelley nos Estados Unidos na década de 70, na Universidade da Califórnia (Santa Bárbara), tem os sinais de um êxito histórico. A História Pública está na vanguarda da profissão na América do Norte e, cada vez mais, em outros lugares do mundo². Uma série de livros foi publicada recentemente em inglês e outros idiomas³. O fato de o inglês não mais ser a única língua a se recorrer para obter subsídios e ferramentas demonstra uma mudança no desenvolvimento da área no mundo. Hoje, a História Pública se mostra mais internacional do que

¹ Texto originalmente publicado em língua inglesa na “Revista História Crítica”, Bogotá, n. 68, p. 3-26, 2018. A formatação e normalização do texto estão em sintonia com a política editorial da “Revista NUPEM”. Algumas informações contidas na versão original foram atualizadas, sem prejuízo do conteúdo do artigo. Traduzido por: Enrique Nuesch. Revisão técnica: “Revista NUPEM” e organizadores do dossiê.

² O National Council on Public History (NCPH) – principal instituição de História Pública dos Estados Unidos – lista mais de 200 programas de História Pública nos Estados Unidos e Canadá, e os números aumentam ano a ano. Ver: *Guide to Public History Programs, National Council on Public History*. (Disponível em: <<http://ncph.org/program-guide/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

³ Ver, por exemplo: Thomas Cauvin (2016), James Gardner e Paula Hamilton (2017), David Dean (2017) e Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago (2016).

nunca; existem programas na América do Norte, mas também na maioria dos países europeus, Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Rússia e China. Tal popularidade internacional faz surgirem perguntas sobre a sua história e seu desenvolvimento. Não obstante, as discussões internacionais sobre esse tema confrontam definições da área muito diversas e flutuantes. Tais desacordos na sua definição deram lugar a debates constantes, que fazem parte da história do campo, entre os seus praticantes e os historiadores (CAUVIN, 2016). Segundo vejo, a História Pública se baseia em três ênfases particulares: a comunicação da história a audiências não acadêmicas, a participação pública e a aplicação da metodologia histórica a situações do presente (CAUVIN, 2016). Esses critérios se relacionam com uma definição mais ampla da profissão da história a partir da década de 1960. Concomitantemente ao advento da internet e ao crescente acesso popular ao conhecimento, surgiram novas perguntas sobre o historiador e sobre o seu papel na sociedade.

Em que pese o seu sucesso, muito pouco se conhece sobre a história e sobre o desenvolvimento da História Pública. A maioria dos artigos foram escritos por historiadores norte-americanos, que refletiram acerca da criação do campo nos anos setenta (CONARD, 2002, 2015). Poucas publicações propõem abordagens mais amplas⁴, internacionais e comparativas, o que faz surgir a impressão errônea de que as práticas públicas da história nasceram nos Estados Unidos na década de 1970. O que nasceu naquele então foi a institucionalização de um movimento, não propriamente as suas práticas. Por isso, uma perspectiva internacional há de ajudar a situar tal institucionalização em um contexto mais amplo.

É importante inquirir se o movimento da História Pública nos Estados Unidos teve um impacto internacional – logo, uma internacionalização do movimento norte-americano – ou se o desenvolvimento da História Pública ao redor do mundo se deu em razão de uma reavaliação simultânea do papel do historiador. Em outras palavras, houve uma definição norte-americana de História Pública que foi adotada em outros lugares? Sob quais circunstâncias? Quais seriam as adaptações locais e/ou traduções que se fizeram dela? Uma perspectiva extensa e internacional sobre as práticas públicas auxilia a compreender as raízes do movimento, assim como a entender como e por que se desenvolveu em determinadas partes do mundo e não em outras.

Por fim, a perspectiva internacional levanta questões acerca da possibilidade, hoje, de se falar sobre uma História Pública internacional, se ela se faz de comunicação, intercâmbio e colaboração de diferentes partes do mundo, ou se estamos diante da emergência de movimentos nacionais e desconexos entre si. Se assim for, precisamos também nos perguntarmos pelos vetores – pessoas e instituições – e como influenciaram no processo de internacionalização da História Pública. Ainda que o presente artigo use exemplos de diversos lugares do mundo, a principal comparação se foca nos Estados Unidos e na Europa da década de setenta.

Na primeira parte, este artigo apresenta a história das práticas públicas antes do desenvolvimento, na década de 70, do movimento da História Pública, permitindo entender as raízes das quais se desenvolveu e institucionalizou na década de 80. Tal análise envolve, então, os diferentes processos de internacionalização que se apresentaram entre 1980 e 2000. Essa perspectiva

⁴ Ver, por exemplo, Paul Knevel (2009).

internacional demonstra as diversas abordagens à História Pública. Esta se desenvolveu, mormente, nos países anglo-saxões, nos anos oitenta, e mais como um campo aplicado e orientado ao trabalho por contrato, enquanto que o processo de internacionalização iniciado a partir do ano 2000 parece ter sido mais bem sucedido graças à revalorização em geral do papel dos historiadores.

Práticas públicas antes da História Pública: repensando a torre de marfim

O historiador Robert Kelley escreveu em 1978 que “a História Pública se refere à atuação de historiadores e à aplicação de métodos históricos fora da academia” (KELLEY, 1978, p. 16). A oposição entre historiadores públicos e acadêmicos estava no centro dos debates nos anos setenta. Repensando as origens do movimento, Bárbara Howe – uma das membras fundadoras do movimento – destacou que “algo aconteceu a partir de então, que propiciou uma nova forma de nos identificarmos” (HOWE, 1999, p. 9). A criação de um novo historiador público foi, de acordo com Wesley Johnson, uma resposta ao isolamento do historiador acadêmico. Em 1978, ele explicou que “mais e mais, a academia havia se tornado o habitat do historiador, em vez da sociedade histórica ou da arena pública; ele, literalmente, havia se retirado para a proverbial torre de marfim” (JOHNSON, 1978, p. 6). Desde o princípio, o movimento da História Pública nos Estados Unidos afirmou haver criado novos historiadores, que iriam quebrar a torre de marfim desde a qual trabalhavam os historiadores acadêmicos. Entretanto, é necessário distinguir entre os praticantes públicos e a sua institucionalização nas universidades norte-americanas.

Práticas públicas e a profissionalização da História

Erraríamos ao datar dos anos 70 o nascimento das práticas da História Pública nos Estados Unidos. É necessário distinguir a História Pública enquanto movimento nascido nos Estados Unidos nos anos 70 de outras práticas históricas públicas, muito mais antigas. Como dito pelo historiador norte-americano Ian Tyrrel (2005, p. 154), “os acadêmicos tendem a enxergar a História Pública como algo novo”, mas “as raízes vão muito mais fundo [...], os historiadores estudam assuntos públicos há muito tempo”. Não faltam exemplos de historiadores participando no debate público. Por exemplo, o historiador Paul Knevel (2009, p. 7) lembra que “desde as atividades dos historiadores humanistas italianos do século XV, a historiografia ocidental teve uma função pública”, e considera humanistas como Bruni e Guiccardini como “os primeiros historiadores públicos europeus ‘modernos’, que se utilizaram da história para mostrar aos seus concidadãos importantes deveres cívicos e os méritos da cidade-estado em que viviam”. A questão não é apontar se aqueles humanistas eram historiadores (públicos) ou não, mas deixar claro que nunca houve falta de acadêmicos engajados com assuntos públicos e interagindo com audiências mais amplas, para além da academia. Apesar dos exemplos mais antigos, é verdade que a profissionalização da história iniciada no ocaso do século XIX afetou as relações entre os historiadores e o público.

Mesmo nunca tendo estado completamente desconectados do público geral, os historiadores sentiram uma mudança drástica no fim do século XIX e começo do XX: a história se tornou uma disciplina científica e profissional. Na Alemanha, Leopold von Ranke foi um modelo de inspiração para os novos historiadores e para a busca pela objetividade científica baseada em fontes primárias e

análises fatuais. Com base em uma nova metodologia para reconstruir fatos e evitar opiniões, a metodologia científica resultou na profissionalização da disciplina e mudou tanto a produção de material historiográfico como as relações entre os historiadores e suas audiências. A publicação acadêmica se tornou o vetor comum de disseminação de trabalhos dos historiadores profissionais e os periódicos acadêmicos tinham seu foco em fatos e eventos. Os novos historiadores celebravam narrativas históricas fatuais enquanto “instrumento de libertação das temperaturas e humidades sufocantes de sistemas demasiado abrangentes” (NOVICK, 1988, p. 43). Essa evolução proveio do desejo de objetividade e distância impessoal dos historiadores em relação aos seus assuntos de estudo. Não obstante, com isso os historiadores atuaram no distanciamento crescente entre os historiadores acadêmicos e o público geral. Os historiadores profissionais passaram a se dirigir a audiências cada vez mais específicas – seus pares acadêmicos –, no intuito de se afastarem de um estilo de escrita popular. Essa especialização estava na origem da torre de marfim a ser combatida pelos fundadores do movimento da História Pública nos anos 70. No entanto, a profissionalização da história no fim do século XIX e começo do XX afetou mormente os historiadores acadêmicos empregados em universidades, enquanto que muitos outros historiadores ainda atuavam nas práticas públicas.

As aplicações da História: a tradição esquecida

A ascensão do historiador acadêmico e do profissional não pode obnubilizar o fato de que muitos outros historiadores aplicaram a história fora do campo da educação. Rebecca Conard aponta para o fato de que as discussões sobre o uso público do passado tiveram uma longa história nos Estados Unidos (CONARD, 2015). Ela explica como, na primeira parte do século XX, figuras como Franklin Jameson (Carnegie Institution, Washington), Herbert Friedenwald (Biblioteca do Congresso) e Benjamin Schanbaugh (State Historical Society, Iowa) propuseram uma perspectiva mais utilitária de se fazer história e advogaram “pelo valor de se usar a história para explicar questões contemporâneas, de fazer da história algo relevante para o presente” (CONARD, 2002, p. 10). Essa tendência se materializou naquilo que Schanbaugh denominou “História Aplicada”. Em 1909, ele explicou que “desconheço se ‘História Aplicada’ é um termo que tem sido utilizado por estudantes de história e política [...], mas acredito que é chegado o tempo em que se pode utilizar, apropriada e lucrativamente” (CONARD, 2002, p. 33).

Ademais de historiadores empregados em parques nacionais nos anos 30, outros trabalharam com as forças armadas (MERINGOLGO, 2012). Em um artigo sobre as raízes pragmáticas da História Pública, Conard explica que a Primeira Guerra Mundial tirou do isolamento as iniciativas históricas militares, transformando-as em “um esforço mais sério de documentar diversos aspectos da guerra em seu desenrolar” (CONARD, 2002, p. 149-150). Após 1945, a Divisão Histórica do Departamento de Guerra incumbida de “escrever a história oficial das forças armadas na Segunda Guerra Mundial, e se transformou no Escritório Chefe de História Militar em 1950” (CONARD, 2002, p. 156). Da mesma maneira, no Reino Unido, o Escritório de Guerra, o Almirantado e o Comitê Imperial de Defesa tiveram, como explicado por Avner Offer (1984, p. 28), “suas seções históricas próprias antes ainda da Primeira Guerra Mundial”. Seções históricas se estenderam também para outros departamentos após a Segunda Guerra Mundial (BECK, 2006).

Outros historiadores têm trabalhado em instituições locais. O historiador oral Ronald Grele assinala que “antes do surgimento da História Pública, era o Movimento da História Local que oferecia a alternativa mais abrangente para o trabalho histórico desenvolvido na academia” (GRELE, 1981, p. 43), simbolizado pela criação da Associação Americana para a História Estadual e Local, em 1940. Tais historiadores locais trabalharam mormente em arquivos de sociedades históricas. Por sua vez, arquivos de empresas também foram desenvolvidos, em razão do desejo destas por preservar seus registros. Na Alemanha, a indústria Krupp criou arquivos internos pelo menos desde 1905, com ajuda de historiadores. Da mesma forma, o historiador William D. Overman foi um funcionário do quadro permanente da fabricante de pneus e borrachas Firestone desde 1943, “para construir o primeiro arquivo corporativo profissional dos Estados Unidos” (CONARD, 2002, p. 161).

A visão da História Pública enquanto um novo movimento nos anos 70 se deu, em parte, em razão do desejo de seus fundadores por demonstrar a especificidade de seu movimento. Muitos historiadores estavam trabalhando fora da academia, em arquivos, sociedades históricas, parques nacionais, museus, órgãos federais ou no mundo corporativo. Entretanto, não eram considerados como historiadores profissionais, não havia um denominador comum convencionado para aqueles historiadores exercendo fora da academia. Os acadêmicos estavam isolados, tanto da audiência popular quanto de outros historiadores que exerciam em instituições locais, culturais e políticas. Tal isolamento engatilhou reações de alguns historiadores na década de 70.

A História do Povo e a História Pública: novas abordagens nos anos 70

A história da História Pública, enquanto termo ou conceito, se conta nos Estados Unidos como uma estória interna, segundo a qual alguns emissários desse país a apresentam enquanto prática para o resto do mundo. Mas o fato é que, dos anos 70 aos 80, muitos países do Ocidente tiveram uma expansão similar na profissionalização do patrimônio, na interpretação da história, assim como no movimento da história oral, método do qual proveio a maior parte do ímpeto por projetos comunitários mais amplos (GARDNER; HAMILTON, 2017, p. 4).

Como bem explicado por James Gardner e Paula Hamilton em sua introdução ao guia de História Pública da Oxford, é necessário situar o surgimento do movimento da História Pública nos Estados Unidos em um contexto mais amplo, internacional e comparativo. Nos anos 70, muitos historiadores já demonstravam interesse em novos temas e novas colaborações.

História Oral e História do Povo: uma nova participação pública

A história oral tem uma longa história e projetos abrangentes desenvolvidos nos Estados Unidos dos anos 30⁵. Nos anos 60, no entanto, novos desenvolvimentos se deram nesse campo ao redor do mundo⁶. Studs Terkel, nos Estados Unidos, e Alessandro Portelli e Luisa Passerini, na Itália, trouxeram à luz experiências de pessoas que haviam sido ignoradas pelas correntes hegemônicas de registro histórico (KEAN; MARTIN, 2003). Os historiadores orais consideram que o passado é mediado

⁵ O Projeto dos Escritores Federais registrou milhares de histórias de vida, notadamente, as “narrativas de escravos” de ex-escravos idosos morando no sul dos Estados Unidos.

⁶ A *Oral History Association* foi fundada em 1967.

pela percepção íntima do próprio narrador e pela permanência das memórias coletivas (HAMILTON; SHOPES, 2008). Alessandro Portelli (1985, 1991, 2011) estudou as memórias coletivas da comunidade dos siderúrgicos de Terni (Itália) por meio da história oral, assim como dos mineiros de Harlan County, Kentucky. Pela sua produção colaborativa, na qual historiadores e narradores fazem a história, a história oral contribuiu para se repensar a participação pública. O interesse dos historiadores orais nos narradores e comunidades explica a razão de eles terem participado nos debates sobre a participação pública na história, como o fizeram Ronald Grele (1981) e, mais tarde, Michael Frisch (1990). A ascensão da história oral foi símbolo das novas correntes da historiografia nos anos 60 (história social, história vista de baixo, história do povo) que haviam deslocado o foco de seus estudos das elites para as pessoas comuns e para as minorias étnicas. No entanto, o impacto das novas correntes historiográficas no exercício público se mostrou mais significativo na Europa do que na América do Norte.

Por exemplo, derivadas de suas posições políticas, alguns historiadores marxistas desenvolveram, nos anos 60 e 70, novas práticas envolvidas com o público. Na Inglaterra, ainda que o termo “História Pública” seja de uso muito recente, novas abordagens da participação pública surgiram nos anos 70 (HOOCK, 2010). O historiador Raphael Samuel criou o Workshop de História no Ruskin College (uma instituição de educação para adultos, vinculada a sindicatos, em Oxford, Inglaterra). A abordagem adotada por Samuel veio de “um desejo de diminuir a autoridade da história acadêmica e, assim, aprofundar a democratização do estudo e dos usos da história” (JENSESN, 2012, p. 46). Tal abordagem de Samuel, ao não apenas conferir um papel público ao historiador acadêmico, mas também conferir voz a grupos sociais sub-representados, foi mais radical, em termos de um processo participativo, do que a do movimento da História Pública nos Estados Unidos (BILL, 1993). Como argumentado por Paul Knevel, “os líderes do Workshop de História desenvolveram ideias muito influentes acerca de ‘compartilhar a autoridade’, e deram um novo ímpeto à prática da história local, dos estudos de comunidade e da história oral” (KNEVEL, 2009, p. 8). Ao comparar as práticas da história nos Estados Unidos e na Inglaterra, Ian Tyrrell (2005, p. 157) sublinha que “a tradição britânica facilitou o registro popular e da classe trabalhadora de suas próprias experiências históricas, e envolveu contribuições importantes por parte dos sindicatos e grupos de educação para adultos e de história local”. Em 1996, um Mestrado em História Pública foi criado no Ruskin College, seguindo o foco na história do povo do Workshop de História (KEAN, 2010).

Também houve o lançamento de grandes projetos de comunicação pública nos anos 60, por iniciativa de historiadores. Começando em 1969, alguns estudantes e professores da Universidade de Leuven (Bélgica) organizaram o “Clio 70”, que visava a difundir narrativas históricas para grandes audiências fora da escola através da mídia (ZELIS, 2013). Como resultado, o grupo criou o *Fonderie*, (Museu da Indústria e do Trabalho para a região de Bruxelas) em 1980, pondo historiadores e audiências populares em contato. Outros meios, como a televisão, abriram novas oportunidades para historiadores. Na Holanda, o historiador e diretor do Instituto do Estado para a Documentação de Guerra, Loe de Jong, publicou “O reino dos Países Baixos durante a Segunda Guerra” (catorze volumes, publicados entre 1969 e 1991), assim como produziu “A ocupação”, uma transmissão televisiva que se deu entre 1960 e 1965 (KNEVEL, 2009). Novas possibilidades de comunicação

ensejaram novas oportunidades para atividades de História Pública. A perspectiva internacional acerca das práticas públicas mostra que a criação do movimento da História Pública nos Estados Unidos dos anos 70 não foi o único processo de reavaliação do papel do historiador. Com menos base na história e no ativismo radicais, a especificidade do movimento norte-americano se encontra, não obstante, em sua capacidade de institucionalizar as práticas públicas, e propor novas formações acadêmicas.

Nascimento e institucionalização do movimento da História Pública nos Estados Unidos

Como já apontei, Robert Kelley acunhou o termo *Public History* nos anos 70, na Universidade da Califórnia (Santa Bárbara). Isso foi um importante passo para a institucionalização do movimento nos Estados Unidos. O foco sobre as práticas públicas da história foi significativamente diferente da abordagem que o movimento da “história vista de baixo”, proposto por Samuel na Inglaterra. Sendo professor universitário, historiador do meio ambiente, consultor e testemunha especializada em assuntos relacionados ao direito à água, Kelley simbolizava a intenção de redefinir a profissão do historiador para a inclusão da sua aplicação prática. Os membros fundadores do movimento enxergaram esse esforço como um recomeço. No primeiro volume da revista *The Public Historian*, Wesley Johnson afirmava que “é difícil que uma profissão testemunhe o nascimento de um novo campo, ainda mais quando essa especialidade é a história [...]. Não obstante, esse é um ano no qual a disciplina da história está diante do emergir de um novo campo, a História Pública” (JOHNSON, 1978, p. 4). O contexto é crucial para se compreender como o movimento da História Pública se desenvolveu nos Estados Unidos.

A História Pública foi criada, principalmente, em oposição ao que se percebia como uma história acadêmica tradicional, que ignorava o público. Em um princípio, foi definida simplesmente como o tipo de história que era feita fora da sala de aula (KELLEY, 1978). Wesley Johnson (1978, p. 4) pontuava que “o desenvolvimento da História Pública como um campo especial da história, no entanto, deriva de um conjunto diferente de pressupostos. Ela aceita que as habilidades e métodos históricos são agora necessários fora da academia”. Como é indicado pelo nome da revista – *The Public Historian* –, os membros fundadores do movimento estavam propondo criar um novo historiador. De fato, Johnson afirmava que “é necessário um novo tipo de profissional: o historiador público” (JOHNSON, 1978, p. 5). Porém a realidade era mais complexa: muitos partidários da História Pública nos Estados Unidos (Robert Kelley, Wesley Johnson, Joel Tarr, entre outros) ocupavam posições acadêmicas em universidades, e seus próprios perfis evidenciavam que a oposição radical era algo bastante artificial. O movimento da História Pública surgiu do desejo de oferecer novos programas acadêmicos, com o intuito de formar os estudantes de história para trabalhar fora da educação.

No contexto da recessão econômica global dos anos 70, as universidades entraram em uma grande crise laboral. A escassez de vagas de trabalho acadêmicas permanentes levou a que muitos programas de doutorado nos Estados Unidos perdessem estudantes. As vagas de trabalho em nível superior decresceram de forma dramática, e havia demasiados historiadores para poucas vagas na academia. A crise havia se agudizado de forma tal que, em 1977, as maiores instituições na área de história estabeleceram programas e comitês para encontrarem respostas novas – e, preferencialmente, oportunidades novas – para os historiadores. O Comitê Nacional de Coordenação para a Promoção da

História foi formado em 1977, com foco em questões da carreira e na construção de pontes entre os mundos acadêmico e não acadêmico. A História Pública pareceu, assim, como uma possibilidade de solução para a crise laboral, já que o tropismo vocacional da formação em História Pública coincidia perfeitamente com o contexto da diversificação na formação superior. Em suma, essa crise impulsionou a institucionalização da História Pública através de programas de formação universitária.

Em 1978, ao mesmo tempo em que reconhecia que “a variedade de setores pode sugerir que a História Pública é uma coleção de subcampos sem relação”, Wesley Johnson (1978, p. 7) também explicava que “isso não é o caso quando se olha do ponto de vista da formação dos historiadores”. Até certo ponto, a unidade do movimento da História Pública derivava da sua conexão com a formação universitária. Kelley solicitou subsídios à Fundação Rockefeller para a criação de um programa de fomento dos vínculos entre a história e as políticas públicas (MERINGOLGO, 2012). O primeiro programa de pós-graduação em História Pública foi aberto na Universidade da Califórnia (Santa Bárbara) em 1976. Ademais, parte dos fundos obtidos para a abertura desse programa foi utilizada por Johnson para publicar a primeira edição do *The Public Historian*. Também houve o aporte de fundos por parte do Conselho de Humanidades do Arizona, para a organização de diversas conferências sobre História Pública (JOHNSON, 1999). Estas conferências foram realizadas entre 1978 e 1980 e contribuíram para a criação, em 1979, do Conselho Nacional de História Pública (NCPH). Assim, a nova associação, a revista e a criação dos programas universitários institucionalizaram a História Pública como um campo de estudos específicos.

O movimento de História Pública se definiu na longa tradição da história aplicada nos Estados Unidos. Da mesma maneira, a história aplicada e a História Pública têm sido referidas de forma intercambiável, sendo a primeira mais focada no uso da história em temas políticos atuais, enquanto que a segunda inclui também a comunicação e participação por parte de audiências mais amplas. Por exemplo, Kelley percebeu que a capacitação em História Pública deveria visar, em primeiro lugar, a cargos dentro de escritórios governamentais e relacionados com a formulação de políticas públicas. Não se deve esquecer de que Kelley trabalhou como especialista em políticas públicas e assuntos ambientais. Na sua introdução ao primeiro volume de *The Public Historian*, Wesley Johnson enumerou oito setores nos quais os historiadores públicos trabalham geralmente. Em que pese a inclusão por Johnson de instituições vinculadas à história, como museus e arquivos, ele evidentemente ressaltou como campos principais a administração pública e as corporações (JOHNSON, 1978). Tal foco nas políticas públicas e no mundo corporativo refletiu o perfil dos pais fundadores, Kelley e Johnson, os quais, paralelamente aos seus postos acadêmicos, tinham trabalhado como consultores, mais do que com gestão de patrimônio. Em um artigo de 1981 acerca da história aplicada, Joel Tarr, diretor do programa de História Aplicada da Universidade Carnegie Mellon, reconheceu que o programa “não tinha entre seus objetos principais os registros e artefatos, ou alcançar o público mais amplo por meio de novos métodos de apresentação da história” (STEARNS; TARR, 1981, p. 517).

O nascimento do movimento da História Pública nos Estados Unidos se deu como parte de um contexto mais amplo, de reavaliação do papel dos historiadores. A especificidade do movimento naquele país foi a sua capacidade de desenvolver uma rápida institucionalização da História Pública por meio de programas universitários, uma revista e uma instituição que davam credibilidade ao

movimento e criava uma identidade para os novos historiadores (públicos). O foco nos usos da história para a política pública e para os assuntos corporativos viria a ter consequências na maneira em que os historiadores fora dos Estados Unidos reagiram à expansão da História Pública.

Internacionalização da história aplicada na década de 80: um olhar anglo-saxão, orientado ao trabalho por contrato e vocacional

Enquanto a institucionalização do campo progredia nos Estados Unidos dos anos 70 e 80, o termo *Public History* fazia eco em diferentes lugares do mundo. A concepção da História Pública estadunidense dos historiadores europeus, australianos e de outros lugares do mundo era informada pela sua própria compreensão do papel mutante dos historiadores. A História Pública era considerada usualmente como um modelo de pensamento estadunidense. Em 1984, o historiador Henry Rousso (1984b, p. 105) se perguntava: “nascida a História Pública nos Estados Unidos e cruzando o Atlântico, seria ela o futuro da história?”. Depois, na Austrália, Graeme Davison (1998) afirmava que a História Pública era em boa medida informada pelo movimento estadunidense de História Pública. Essa percepção de que a História Pública era um modelo dos Estados Unidos é derivada, em parte, de um desejo dos próprios historiadores estadunidenses de lhe dar uma perspectiva internacional.

Desde o princípio, o Conselho Nacional de História Pública (NCPH) previu uma associação internacional. Wesley Johnson, historiador da África, considerado por Peter Beck (1984, p. 4) como “uma espécie de missionário viajante, pregando o evangelho da História Pública”, foi um agente ativo pela internacionalização da História Pública. De 81 a 83, ele realizou diversas viagens internacionais nas quais registrou os diferentes programas que possuíam componentes da História Pública. Por exemplo, ele notou que o Instituto per la Scienza dell’Amministrazione Pubblica, na Itália, era dirigido por historiadores para formar servidores para responsabilidades administrativas (JOHNSON, 1984). Em 1981, aproveitou a ocasião de uma reunião acerca da África e da história colonial no *Institut d’Histoire du Temps Présent* para apresentar a História Pública (ROUSSO, 2017). Ele se reuniu com o historiador francês François Bédarida, que logo se tornaria um dos emissários da História Pública na Europa. Em 1983, Johnson (1984) também visitou diversos países africanos, como a Costa do Marfim e a Nigéria. Da mesma forma, já em 1983, o 5º encontro anual do NCPH foi feito em Waterloo, Canadá (HOWE, 1989). Na sessão de abertura, Johnson destacou que havia sinais de que o movimento havia se tornado mais internacional (BECK, 1984). De fato, alguns historiadores europeus, como Peter Back (NCPH’S, 1984; BECK, 1984) (que apresentou uma comunicação intitulada “O potencial Britânico da História Pública”) participaram do encontro e de das discussões internacionais. Beck (2011, s/p) se recorda de que “ter participado nos encontros do NCPH em Chicago (1982) e Waterloo (1983) haviam-no posto em contato pessoal com Wesley Johnson, Bob Kelley e Darlene Roth, entre outros”. Entretanto, é muito importante reconhecer que a Europa já possuía historiadores engajados nas práticas públicas, e os emissários americanos da História Pública não as inventaram nem as levaram como novidade à Europa.

Quando Johnson visitou a Europa no começo dos anos 80, alguns historiadores já praticavam a história aplicada. No início dos anos 70, o historiador da economia Michael Drake havia organizado uma série de palestras acerca dos estudos de história aplicada, que resultaram na publicação do

volume “Estudos de História Aplicada: uma introdução” (1973). Os estudos de história aplicada focavam mormente em dados econômicos e estatísticos. A visão de Drake (1973, p. 12) dos estudos de história aplicada enquanto “provedores de ‘respostas históricas para perguntas não-históricas’” se aproximava muito da concepção americana da História Pública sustentada por Kelley e Johnson. A proximidade das duas abordagens explicou as ligações entre os historiadores americanos e britânicos.

O historiador britânico Anthony Sutcliffe (1984, p. 9) conheceu Wesley Johnson em 1980, durante uma conferência de história urbana da American Historical Association. Ele notou a “mútua e compreensível simpatia entre a História Pública e a história urbana na América do Norte”. Ele sublinhou que sentiu “um construtivo interesse comum entre a História Pública e a disciplina da história econômica e social que, na sua manifestação britânica particular, já reconhecia algumas das perspectivas da História Pública” (SUTCLIFFE, 1984, p. 9). Dessa forma, quando Michael Drake sugeriu que se organizasse um novo comitê sobre a história econômica no começo dos anos 80, Sutcliffe (1984) trabalhou para conectá-lo ao novo movimento da História Pública americano. Quando o comitê discutiu um relatório sobre a História Econômica e Social em 1981, Wesley Johnson foi convidado para atuar como revisor. Por meio da aplicação da história às políticas econômica e urbana, alguns historiadores europeus contribuíram para a internacionalização da História Pública.

Por meio do Conselho Britânico para a Pesquisa em Ciências Sociais, Sutcliffe organizou uma conferência de história aplicada na Erasmus University, em Roterdã, em setembro de 1982. A conferência reuniu historiadores do Reino Unido, Holanda, França e, dos Estados Unidos, tinha Wesley Johnson como representante (SUTCLIFFE, 1984). Como apontado por Sutcliffe (1984, p. 11), “a principal questão levantada em Roterdã foi se uma convergência futura do conhecimento histórico com assuntos contemporâneos seria benéfica à sociedade”. Similarmente às definições de Kelley e Johnson da História Pública, a conferência se focou nas aplicações da história às políticas públicas e, em certa medida, a empresas privadas⁷. No entanto, pouco se discutiu acerca de gerenciamento de patrimônio ou de instituição cultural. Feita pelo prisma de historiadores econômicos e urbanos, a recepção do movimento da História Pública na Europa ignorou as questões públicas e, antes, se debruçou sobre as aplicações da história. Assim, quando Sutcliffe tratou de desenvolver a História Pública na Universidade de Sheffield, propôs que se criasse um Centro de Estudos Históricos Aplicados (BECK, 1984). Como explica Paul Knevel (2009, p. 7), a conferência de Roterdã (assim como a discussão acerca da História Pública como um todo), “deixou de lado, talvez, o tema mais intrigante de todos: o que há de tão ‘público’ na História Pública?”. Essa abordagem do público e da história aplicada resultou, também, em uma reação mais cética em outros países europeus, como a França.

Entre a demanda social e a resistência acadêmica: a percepção francesa

A História Pública como história aplicada e os negócios

A percepção da História Pública na França da década de 80 lança uma luz sobre o seu complexo processo de internacionalização. Encarnada por Marc Bloch e a Escola dos Anais, a tradição francesa tem um longo passado de historiadores engajados com as questões públicas e, por isso, não

⁷ O historiador inglês Peter Beck apresentou acerca de sua função como conselheiro do governo britânico durante a Guerra das Malvinas, em 1981.

é de se estranhar que o desenvolvimento do movimento da História Pública dos Estados Unidos fosse notado na França. Em 1984, o historiador francês Henry Rousso (1984a) publicou um artigo sobre a História Pública e seu possível desenvolvimento na França. Sublinhou que a História Pública coloca problemas e perguntas que os historiadores franceses vinham tratando, a respeito de uma crescente “demanda social” do Estado, dos sindicatos, dos partidos políticos, das associações civis (ROUSSO, 1984b). Não obstante, Rousso (1984b) também explicou que o termo *Public History* não podia ser traduzido para o francês, já que a concepção era inerente ao campo nos Estados Unidos, e confessou que poucos sabiam sobre essa área (ROUSSO, 1984b). Ele mesmo havia se inteirado sobre a História Pública e aplicada por meio de Wesley Johnson, o qual havia estado no Instituto de Pesquisa Contemporânea em 1981 (ROUSSO, 2017). Ao questionar o ato de “importar a História Pública dos Estados Unidos”, seu artigo, por si mesmo, convidava os historiadores para uma reflexão não apenas acerca da definição de *Public History*, mas também acerca do papel dos historiadores na França (ROUSSO, 1984b).

A consultoria histórica estava entre uma das novas possibilidades das práticas públicas da história para os historiadores franceses. Félix Torres (2017) e a criação da *Public Histoire*⁸ (a primeira companhia francesa de consultoria histórica) em 1983 representaram essas novas práticas. *Public Histoire* demonstra a conexão entre os historiadores da França e dos Estados Unidos. Em uma viagem aos Estados Unidos, Torres foi à Universidade da Califórnia (Santa Bárbara) para conhecer Wesley Johnson. Em seu retorno, convencido por Johnson, ele decidiu usar o termo *Public History*. Por meio da *Public Histoire*, Torres se especializou em consultoria histórica para empresas privadas, especialmente no que diz respeito ao manejo de arquivos. A forma em que ele percebia a História Pública era muito próxima dos desenvolvimentos anglo-saxões na história econômica e aplicada.

Junto com o historiador econômico Maurice Hamon, que também estava encarregado dos arquivos da companhia francesa Saint-Gobain, Torres organizou a primeira conferência sobre história aplicada em 1985, em Blois (França) (HAMOM; FÉLIX, 1987). Assim como na Grã-Bretanha, a História Pública foi entendida na França como história aplicada, e compreendia principalmente consultores em história que trabalhavam por contrato para empresas. Quando a historiadora francesa Sylvie Lefranc afirmava em um artigo de 1995 que “a História Pública, como uma nova prática que vem dos Estados Unidos, floresceu na França da década de 80”, ela se referia ao crescimento dos serviços de consultoria oferecidos por historiadores a empresas.

Para muitos historiadores franceses, o foco sobre a consultoria significava que a História Pública era entendida, em grande medida, como história comercial e por contrato. Lefranc (1995) concluiu que o contexto de recepção da História Pública na França dos anos 80 era muito menos favorável do que nos Estados Unidos.

Wesley Johnson (1984, p. 90) notou reticência e até críticas aos usos da história ao longo de suas viagens. Lembrou que alguns estudantes e professores alemães se mostraram céticos em relação a que os “historiadores trabalhassem para empresas comerciais”, e abertamente hostis à “ideia de que os historiadores trabalhassem em agências do Governo Federal”. As críticas se centravam sobre o fato

⁸ Uma das possíveis traduções de História Pública em francês.

de as narrativas históricas se converterem em um produto e que, como todo produto, se usem com fins mercantis. Da mesma forma, na França também havia o temor do uso do passado com fins comerciais e políticos. Em 1984, Rousso citou o famoso historiador Pierre Chaunu, que acabara de argumentar que a única pesquisa histórica real era a investigação de base (em oposição à aplicada), com fundamento na busca pela verdade absoluta (ROUSSO, 1984b). Ainda que a busca pela objetividade pura já se havia debatido nos anos 80, os usos da história continuavam a ser um tabu. As referências aos usos públicos do passado se tornaram mais críticas na década de 2000, e eles foram associados inclusive à corrupção da independência do historiador. O Comitê de Vigilância contra os Usos Públicos da História (*Comité de Vigilance face aux Usages Publics de l'Histoire*), claramente com foco nos usos públicos da história, foi fundado em 2005 por três historiadores para esclarecer as relações entre história, memória e política⁹. Esse comitê questionou com acerto a manipulação do passado com fins políticos e surgiu como uma resposta a uma proposta do governo francês, de estimular os professores a apresentarem os aspectos positivos da colonização na escola. O Manifesto do Comitê, de 2005, fez uma clara distinção entre a história acadêmica e a memória pública¹⁰. Ainda que o manifesto e o comitê devam ser entendidos no contexto particular das leis comemorativas de 2005, não deixam de revelar uma desconfiança geral em relação ao uso e produção de história por parte de agentes não acadêmicos. Os obstáculos se fizeram, em parte, a partir de uma percepção da História Pública aplicada a questões não acadêmicas e atuais, mas também das intenções americanas de criar um novo tipo de historiador.

Um novo historiador (público)

Em sua intenção de justificar a necessidade de programas de formação em História Pública, os membros do movimento nos Estados Unidos se diferenciaram dos “outros”, dos historiadores acadêmicos isolados em sua torre de marfim. Essa distinção tão clara impediu uma possível institucionalização da História Pública na França, país em que os historiadores estavam justamente associados com os tais “outros”. Rousso advertiu em 1984 que a França continuava a ser uma paisagem acadêmica. Diferentemente dos Estados Unidos, onde os historiadores acadêmicos como Kelley, Johnson e Pomeroy também exerciam atividades de consultoria privada, na França ainda existia uma clara distinção entre a pesquisa acadêmica de base e a aplicação da história fora da universidade.

Em seu relatório acerca da conferência de história aplicada de 1982, acontecida na Holanda, Wesley Johnson (1982, p. 1) definiu o historiador Hans Blom como “possivelmente um dos primeiros historiadores públicos da Holanda”. Ainda que tenha feito parte de uma comissão acerca de criminosos de guerra, Blom não via a si mesmo como um historiador público, e destacou em sua comunicação de 1982 em Roterdã “os elogios ao relatório da parte dos colegas, enquanto uma contribuição útil à historiografia acadêmica do pós-guerra” (KNEVEL, 2009, p. 7). Apesar de alguns terem prática em História Pública ou aplicada, os historiadores consideravam a si mesmos, antes de tudo, como

⁹ Comitê de vigilância dos usos públicos do passado. Foi fundado por Gerard Noiriel, Nicolas Offenstad e Michèle Riot-Sarcey.

¹⁰ Comité de Vigilance face aux Usages Publics de l'Histoire. Manifeste du Comité de Vigilance face aux usages publics de l'histoire du 17 juin 2005. CVUH, fev. 6, 2007. Disponível em: <<http://cvuh.blogspot.com/2007/02/manifestedu-comite-de-vigilance-face.html>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

historiadores acadêmicos. Os historiadores europeus não estavam prontos para fazer distinções entre os públicos e os acadêmicos. Em comparação com a força das redes acadêmicas francesas, a História Pública e sua falta de teoria foram vistas como uma fraqueza. Rouso (1984b, p. 114) destacou que “o pragmatismo não é uma qualidade francesa (assim como não é uma deficiência)”, e sugeriu que os historiadores estadunidenses eram movidos, quiçá com demasiado entusiasmo, pelas práticas públicas da história. Antes de qualquer aplicação da História Pública, os historiadores franceses, de acordo com Rouso, precisariam de importantes debates teóricos.

Durante a sua passagem pela Europa, Wesley Johnson (1983) notou o que ele chamou de “Seminário de Pós-Graduação em História Pública”, lançado por Bédarida em 1982. Este historiador tratou de adaptar a formação em História Pública e aplicada estadunidenses a um pensamento epistemológico francês acerca do uso do passado. Como diretor do Instituto de História Contemporânea, no qual recebeu Wesley Johnson em 1981, Bédarida contribuiu com a abordagem francesa da História Pública¹¹. Como historiador urbano e econômico, ele participou da conferência de 1982 em Roterdã, e assim estabeleceu conexão com a rede britânica de historiadores liderada por Sutcliffe. Na sua comunicação nessa conferência, Bédarida se centrou no papel dos historiadores que estudam o passado muito recente e que, assim sendo, estariam em contato com os atores políticos e econômicos (ROUSSO, 1984b). A sua reflexão acerca da história aplicada e pública esteve relacionada com a criação do Instituto de História Contemporânea em 1978. Este novo instituto de pesquisa, derivado do Comitê de Pesquisa da Segunda Guerra Mundial, se centrou no passado recente, a saber, a Segunda Guerra, a vida política francesa e a descolonização. Assim o fazendo, Bédarida e seus colegas de instituto tiveram que questionar o papel dos historiadores na sociedade contemporânea (ROUSSO, 1984b), e nessa esteira organizou um seminário intitulado “História do tempo presente e a demanda social: pesquisa básica e usos sociais da história” (SUTCLIFFE, 1984, p. 8). Por meio da reflexão epistemológica sobre o papel dos historiadores nas sociedades contemporâneas, a História Pública e aplicada entrou em alguns campos acadêmicos franceses. Não obstante, a sua difusão ficou limitada aos seminários epistemológicos, sem criar qualquer curso de História Pública no país até 2015¹².

A ênfase norte-americana nos usos da história em áreas governamentais e corporativas, assim como sua intenção de criar um novo historiador, diferente do perfil acadêmico tradicional, dificultaram o desenvolvimento da História Pública na Europa. Apesar de alguns esforços, o movimento norte-americano perdeu uma oportunidade de colaboração internacional. Wesley Johnson (1984, p. 94) ainda reconheceu que “dada a propensão europeia de formular primeiro e atuar depois, como argumentou Rouso, a possibilidade de uma concepção teórica europeia seria atrativa”; não obstante, a cooperação e mútuo benefício entre a História Pública teorizada (europeia) e a pragmática (Estados Unidos) tiveram vida breve. Enquanto os historiadores urbanos e econômicos discutiam acerca da história aplicada, nenhuma formação em História Pública persistiu na Europa.

¹¹ Bédarida esteve nos Estados Unidos em 1983, quando entrevistou os fundadores do movimento da história pública.

¹² O primeiro programa de História Pública foi aberto pela historiadora Catherine Brice na Universidade de Paris – Est Créteil, em 2015.

De um modelo norte-americano de história aplicada a uma abordagem internacional de História Pública

A internacionalização do movimento da História Pública recebeu outro estímulo nos últimos anos. Esse processo foi facilitado graças a uma redefinição do campo nos Estados Unidos, assim como a um contexto muito mais favorável e a uma verdadeira perspectiva internacional da História Pública.

Mudando perspectivas: da história aplicada à História Pública

As definições da História Pública se transformaram com o tempo. Mesmo que os usos e as aplicações da história continuem a ser centrais para História Pública¹³, quem a pratica propõe agora definições mais diversificadas. Como assinalado por Knevel (2009, p. 8), “na década de 90, as perspectivas de todos aqueles historiadores europeus e estadunidenses seriam fusionadas e a História Pública estadunidense seria redefinida como ‘história para o público, sobre o público e feita pelo público’”. Tal movimento foi parte de uma nova abordagem por parte das instituições culturais sobre o público e as audiências. Representados na “nova museologia”, os praticantes propuseram situar os visitantes no centro do processo (VERGO, 2009), o que despertou um novo interesse em modos de comunicação para as audiências não acadêmicas. Os *media* (filmes, *podcasts*, videogames ou *storytelling*) e as instituições culturais (museus, arquivos, parques) estão mais presentes hoje em dia nos debates da História Pública do que estiveram para Wesley Johnson e outros cultivadores da História Pública no fim dos anos 70. Apresentar a história se considera às vezes mais importante do que aplicá-la (BENSON; BRIER; ROSENZWEIG, 1986). A passagem de uma história aplicada, orientada a negócios corporativos e a usos governamentais (e criticada por muitos historiadores acadêmicos europeus dos 80), para uma História Pública, baseada na comunicação do passado a grandes audiências, teve consequências na internacionalização do campo. Ainda que não pudessem aceitar trabalhar para governos e corporações, muitos historiadores tinham inclinação, em alguns aspectos, por comunicar a sua investigação a um público mais amplo.

A Austrália oferece um exemplo bastante nítido disso: Paula Hamilton e Paul Ashton, dois dos membros fundadores do movimento da História Pública nesse país, estiveram presentes nas conferências do NCPH dos anos 80 e fizeram parte do breve comitê interno sobre a História Pública internacional (HAMILTON, 2017). Foi no fim dos anos 80 que a História Pública se desenvolveu na Austrália, e a Associação Australiana de Historiadores Profissionais passou a editar em 1992 a revista *Public History Review*, a qual, junto com *The Public Historian*, se tornou uma das principais publicações do campo. Não obstante, para além da abordagem econômica e de política pública na Europa, o primeiro programa australiano na Universidade Tecnológica de Sidney “tinha uma inflexão para as mídias e para o compromisso público com o conhecimento acessível, em vez de se orientar para a empregabilidade de seus formandos (ainda que isto tivesse sua importância também)” (GADNER; HAMILTON, 2017, p. 5). Hamilton afirmou que “o consultor que ajudou na elaboração do curso original em 1987-88 foi Peppino Ortoleva, da companhia italiana Cliomedia, a qual é especializada em comissões históricas que empregam meios visuais, em especial o cinema e o vídeo, e ainda hoje opera

¹³ O nome oficial do Blog da NCPH – History@work – deriva da percepção de que a história pode ser aplicada a questões do tempo presente. Disponível em: <<http://ncph.org/history-at-work/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

em Turim” (GADNER; HAMILTON, 2017, p. 5). Comunicar a história, mais do que oferecer consultorias, influenciou no desenvolvimento da História Pública na Austrália, e coincidiu com a passagem da aplicação da história aos problemas atuais para a sua comunicação a um público mais amplo.

Comunicar a história a audiências não acadêmicas se tornou ainda mais importante, pela grande mudança estrutural experimentada pelas universidades. Devido à diminuição dos recursos públicos, as universidades têm sofrido a pressão de encontrar alternativas para se financiar, e uma solução tem sido cultivar redes com sócios não acadêmicos, sejam eles empresas ou comunidades locais. Gardner e Hamilton (2017, p. 5) dizem que “a História Pública britânica floresceu rapidamente no começo do século XXI, impulsionada em parte pelas políticas de educação superior do governo conservador, que reconhecem o ‘impacto’ comunitário como um componente para a concessão de recursos para o financiamento das universidades”. A História Pública representa uma forma pela qual os historiadores acadêmicos podem demonstrar seu compromisso com a comunidade e o alcance de sua divulgação. Henry Rousso (2017), ex-diretor do Instituto de História Contemporânea da França, notou a diversificação dos fundos: ainda que o financiamento estatal tenha representado a maior parte orçamento do Instituto quando da sua criação, em 1978, mais e mais contratos de consultoria foram firmados na década de 90. Atualmente, existe a expectativa de que os acadêmicos se relacionem com comunidades e sócios externos diversos. Essa tendência explica por que o foco da História Pública na comunicação do conhecimento a grandes audiências recebeu uma recepção mais favorável dos anos 90 em diante.

A Federação Internacional para a História Pública (IFPH)

O interesse norte-americano na História Pública internacional, representado por Wesley Johnson nos 80, não cessou. Em 1996 se formou um comitê internacional do NCPH, com o fim de avaliar a necessidade e as formas de se estabelecer uma discussão internacional sobre as práticas públicas da história (WARREN-FINDLEY, 1998). A sua criação teve relação com o tema da conferência anual do NCPH de 1998 – internacional, multicultural, interdisciplinar – e com o discurso de Janelle Warren-Findley (1998) (presidente do NCPH). No entanto, necessitou-se de mais de uma década para que a dimensão internacional da História Pública se desenvolvesse. Em 2009, um grupo de historiadores públicos montou uma força-tarefa junto ao CNPH, com o objetivo, em princípio, de sair dos limites da América do Norte (ADAMEK, 2010). Anna Adamek (2010), à frente da iniciativa, assinalava que o comitê internacional deveria funcionar como uma seção do Comitê Internacional de Ciências Históricas, que reúne organizações históricas de todo o mundo. O comitê adotou formalmente em 2010 o nome de Federação Internacional para a História Pública (*International Federation for Public History*, IFPH) e, ainda que contando com a participação de praticantes antigos da História Pública (como Arnita Jones ou Jim Gardner), demonstrou um novo processo de internacionalização.

Esse desenvolvimento da IFPH coincidiu com um contexto global em que se levantavam perguntas acerca das transformações do papel dos historiadores: uma conferência internacional acerca da História Pública foi organizada na Universidade de Liverpool (Reino Unido) em 2008¹⁴, a História

¹⁴ Programação disponível em: <<https://www.sas.ac.uk/about-us/news/public-history-conference-liverpool-10-12-april-2008>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Pública também se desenvolveu no Brasil (ALMEIDA; ROVAI, 2011), por meio da criação da Rede Brasileira de História Pública, a qual congregou diversos praticantes da História Pública¹⁵ e organizou um simpósio internacional de História Pública¹⁶. Redes de História Pública começaram a crescer em diversos contextos e a IFPH auxiliou em sua interconexão. Em sua conferência anual de 2016, acontecida em Bogotá (Colômbia), a IFPH congregou mais de 300 participantes, provindos de quarenta países¹⁷.

Diferentemente da internacionalização dos anos 80, o processo da década de 2010 foi mais estruturado e menos controlado por historiadores da América do Norte. A IFPH é agora diferente do NCPH, tem mais de 250 membros e possui seu próprio painel internacional¹⁸. O fato de somente um dos sete membros do painel trabalhar nos Estados Unidos simboliza como a História Pública internacional está se tornando independente de sua contraparte norte-americana. A diversidade de perfis permite também o desenvolvimento da História Pública em países que não são de fala inglesa.

O futuro da História Pública internacional

Todo semestre eu organizo discussões entre os meus estudantes de História Pública e seus colegas estudantes da Europa (Irlanda, Alemanha, França, Itália). Através dessas discussões, meus alunos descobrem diferentes abordagens e desafios que os historiadores encontram na Europa. Uma das questões mais importantes para a internacionalização da História Pública é a transferência das habilidades técnicas do historiador: aprender a fazer um documentário ou uma exibição online é algo que se pode aplicar em diversos contextos culturais. Por exemplo, em 2014, no programa de História Pública do Trinity College (Dublin), mais de um terço dos estudantes não eram de origem irlandesa, incluindo-se aí diversos norte-americanos. Isso é um exemplo da diversificação da demanda por formação em História Pública. No entanto, a internacionalização é frequentemente desafiada por questões linguísticas.

Com poucas exceções, a maior parte da literatura de História Pública está escrita em inglês¹⁹. Mesmo tendo se desenvolvido mormente em países de fala inglesa, como Canadá, Austrália e Nova Zelândia (em parte, consequência da expansão começada dos Estados Unidos), a IFPH contribuiu com a internacionalização do campo. Existem muitos recursos em idiomas além do inglês, acerca de diversas práticas públicas, como a história oral, a prática em museus e a história digital. Não obstante, eles tendem a estar desconectados entre si e com o campo mais amplo da História Pública. Por isso, a IFPH formou um comitê para a criação de uma base de dados e recursos relacionados ao ensino da História Pública em oito idiomas (alemão, italiano, francês, espanhol, holandês, polonês, português e

<<https://www.sas.ac.uk/about-us/news/public-history-conference-liverpool-10-12-april-2008>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

¹⁵ A Rede – Carta de fundação. Rede Brasileira de História Pública, 25 set. 2012. Disponível em: <http://historiapublica.com.br/?page_id=520>. Acesso em: 30 jan. 2019.

¹⁶ Conferir também Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago (2016).

¹⁷ International Federation for Public History, Program of the 3rd Annual IFPH Conference. University of Los Andes, Bogotá, Colômbia, 29 jun. 2016. Disponível em: <<http://ifph.hypotheses.org/1056>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

¹⁸ A junta diretiva da IFPH compõe-se de sete historiadores de sete países, Bélgica, Itália, Alemanha, Canadá, Brasil, Colômbia e Estados Unidos.

¹⁹ Uma das exceções recentes é Paolo Bertella Farnetti, Lorenzo Bertucelli, Alfonso Botti (2017).

inglês). A ênfase em novas línguas se articula com a tentativa da IFPH de desenvolver a História Pública em outras línguas ademais do inglês.

Pela primeira vez, em 2017, a conferência da IFPH foi organizada em colaboração como uma associação nacional, a Associação Italiana de História Pública (IAPH)²⁰. Criada em 2016, a IAPH é a primeira associação nacional de História Pública da Europa, e sua criação e desenvolvimento teve intensa participação da IFPH. Durante a conferência da IFPH de 2015, organizada em Jinan (China) por meio do Comitê Internacional de Ciências Históricas, o presidente da IFPH, Serge Noiret, e Andrea Giardina (2017)²¹ discutiram acerca do desenvolvimento da História Pública na Itália e a possibilidade de se criar uma associação nesse país. Noiret, historiador belga, presidente da IFPH desde o seu surgimento, esteve trabalhando na Itália desde a década de 80, estabelecendo relações profundas com as redes de historiadores italianos e contribuindo em grande medida para o desenvolvimento da História Pública (OTTAVIANO, 2017). Seu perfil internacional, que inclui seu trabalho no *European University Institute* (Itália), contribuiu para o desenvolvimento da História Pública na Itália através de redes internacionais.

Diferentemente do processo de internacionalização da década de 80, que procurou principalmente difundir uma abordagem específica da História Pública nos Estados Unidos, o novo processo articula diversas concepções dos campos de estudo, locais e nacionais, pois suas definições e abordagens variam de acordo com os contextos culturais. O processo de internacionalização se baseia, menos do que nos anos 80, na difusão da abordagem estadunidense e se apoia mais em práticas locais. Deve-se notar que nem a IFPH, nem a IAPH, estabelecem uma definição estrita da História Pública²². Por exemplo: enquanto na França e no Brasil o termo inglês *Public History* é traduzido aos respectivos idiomas (*Histoire Publique*, História Pública) – em parte por sua relutância em usar conceitos ingleses ou norte-americanos –, outros programas, na Itália (*Associazione Italiana di Public History*), Alemanha ou Holanda mantêm a expressão em língua inglesa²³. Na Itália, um argumento por manter o termo inglês era o de conectar as práticas italianas com uma rede internacional mais ampla de História Pública (OTTAVIANO, 2017). Como explica Noiret (2017, s/p) “as pessoas estão abertas ao campo na Itália e não têm qualquer problema em importar soluções de outros países e adaptá-las localmente”. Ademais, explica que, diferentemente da França, na qual Paris é omnipresente, na Itália se depende de “uma rede muito articulada de comunidades regionais e urbanas muito

²⁰ Para mais informação, veja: *Associazione Italiana di Public History Blog*, *Associazione Italiana di Public History*. Disponível em: <www.aiph.it>. Acesso em: 30 jan. 2019.

²¹ Professor de história antiga na Scuola Normale in Pisa. A. Giardina é o presidente da *Italian Council for Historical Studies (Giunta centrale per gli studi storici)*.

²² Conferir as diretrizes contidas em “*Statuto dell’Associazione Italiana di Public History-AIPH*”. *Associazione Italiana di Public History*. Disponível em: <<http://aiph.hypotheses.org/statuto>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Veja-se também a seção “sobre”, contida em IFPH/FIHP, *Associazione Italiana di Public History*. Disponível em: <<http://ifph.hypotheses.org/sample-page/about>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

²³ Conferir o sítio do programa alemão na *Free University* em Berlim, “*Public History. Master’s programs*”. *Free University Berlin. Studying in a Stimulating Environment*. Disponível em: <http://www.fu-berlin.de/en/studium/studienangebot/master/public_history/index.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Na Universidade de Amsterdã, veja: “*Public History. Museums, films, television, novels, urban walks and genealogical research all introduce a wider public to history*”. *University of Amsterdam*. Disponível em: <<http://www.uva.nl/en/disciplines/history/specialisations/public-history.html>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Para o programa em Paris, veja: *Master Histoire Parcours Histoire Publique. Université Paris-Est Créteil*. <<http://www.u-pec.fr/pratiques/universite/formation/master-histoire-parcours-histoire-publique-644604.kjsp>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

descentralizadas, que possuem muitas instituições culturais territoriais trabalhando com o passado” (NOIRET, 2017). Claramente, tais comunidades atuam como parceiros de História Pública.

Outros exemplos demonstram que a internacionalização da História Pública depende de contextos locais. Comparada com os Estados Unidos, “a Itália tem um passado mais longo com o qual lidar, e a História Pública oferece um leque de tópicos e prática em história antiga, medieval e moderna” (NOIRET, 2017). Assim, muito mais do que na América do Norte, a arqueologia pública tem tido seu papel na constituição de um campo da História Pública na Itália. Ademais, o desenvolvimento de uma associação italiana para a História Pública foi, muito mais do que nos Estados Unidos, baseada em um processo de cima para baixo. A IAPH reflete a hierarquia das associações históricas italianas. Sob a supervisão direta do Departamento de Patrimônio, o Conselho Italiano para os Estudos Históricos (*Giunta centrale per gli studi storici*) congrega a maior parte das associações históricas do país. Criada por esse Conselho, a Associação Italiana para a História Pública foi concebida inicialmente mais como um conselho de associação do que propriamente como uma associação de membros²⁴. Seu propósito não era o de criar, de fato, um novo tipo de historiador – como pensado pelos pioneiros norte-americanos nos anos 80 –, mas de agrupar os historiadores que praticam a história na esfera pública.

O objetivo é, mais bem, o de reunir historiadores que praticam história pública (história oral, arqueologia pública, história digital, entre outras) ou dar treinamento a novos historiadores com habilidades específicas para lidar com o público. O foco sobre profissionais, mais do que na História Pública da academia, explica por que a diretiva dessa nova associação apresenta poucos historiadores acadêmicos²⁵. Fica por ver se a Associação Italiana para a História Pública convencerá suficientes historiadores acadêmicos a desenvolverem a História Pública como formação universitária.

Conclusão

O nascimento e devir da História Pública estavam intrinsicamente ligados ao papel em transformação dos historiadores. Ainda que os termos tenham sido concebidos nos Estados Unidos dos anos 70, a História Pública enquanto uma revalorização do uso e comunicação da história encontra ressonância em muitos e diferentes países e contextos. As práticas públicas da história não são uma novidade, e muitos historiadores hoje reconhecem que vinham fazendo História Pública sem o saber. A especificidade da experiência norte-americana está na capacidade de seus pioneiros de institucionalizar o movimento por meio de programas de formação acadêmica nas universidades. Mesmo tendo criado um modelo de História Pública nos anos 80 – baseado nas aplicações da história –, o processo de internacionalização não seria dado pelas simples difusão e recepção dos critérios norte-americanos. Se a internacionalização em grande medida fracassou nos anos 80, foi em parte por causa da abordagem muito específica norte-americana, mas também em razão do número pequeno de historiadores acadêmicos europeus que tivessem experiência fora do campo da educação, que

²⁴ Curiosamente, a Associação Americana para a História Pública (NCPH) foi também, em um princípio, definida como um grupo (ou conselho) de associações, porém evoluiu para uma associação de membros no começo dos anos 1980.

²⁵ Somente 4 dos 9 membros possuem cargos acadêmicos. Serge Noiret, Chiara Ottaviano, Luigi Tomassini, Marcello Ravveduto, Enrica Salvatori, Giorgio Uberti, Agostino Bistarelli, Michela Ponzani and Paolo Pezzino foram eleitos em julho de 2017. Veja-se, da IAPH, “2017-Elezioni Direttivo AIPH”, *Associazione Italiana di Public History*. Disponível em: <<http://aiph.hypotheses.org/2017-elezioni-direttivo-aiph>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

pu dessem ajudar no desenvolvimento da História Pública nas universidades. O sucesso recente da História Pública internacional se dá graças a uma definição mais ampla da História Pública e a um contexto favorável, no qual comunicar a história a grandes audiências se tornou uma nova maneira de se validar a pesquisa acadêmica. Internacionalizar a História Pública é criar um espaço de discussão e intercâmbio, no qual uma abordagem prática e vocacional – como a norte-americana – possa colaborar com as discussões mais teóricas europeias, para um melhor entendimento do papel em transformação do historiador nas sociedades contemporâneas.

Entrevistas

OTTAVIANO, Chiara. In discussion with the author. June 4, 2017.

HAMILTON, Paula. In discussion with the author. June 7, 2017.

ROUSSO, Henry. In discussion with the author. July 4, 2017.

TORRÈS, Felix. In discussion with the author. July 15, 2017.

NOIRET, Serge. In discussion with the author. July 28, 2017.

Referências

ADAMEK, Anna. International Task Force. *Public History News*, v. 3, n. 1, p. 8-9, 2010.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Eds.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BECK, Peter. History's Future: A British View. *National Council on Public History Newsletter*, v. 3, n. 4, p. 3-4, 1984.

BECK, Peter. *Presentation*, 2011 [manuscrito não publicado].

BECK, Peter. *Public History: Civic Engagement and the Historical Profession*, 2006, [manuscrito não publicado].

BECK, Peter. *Presenting History: Past and Present*. Basingstoke: Palgrave and Macmillan, 2011.

BENSON, Susan Porter; BRIER, Stephen; ROSENZWEIG, Roy. *Presenting the Past: Essays on History and the Public*. Philadelphia: Temple University Press, 1986.

BLOM, Johannes Cornelis Hendrik (Hans). Historical Research as an Answer to Critical Political Questions: The Example of the Menten Case. *The Public Historian*, v. 6, n. 4, p. 27-48, 1984.

CAUVIN, Thomas. *Public History: A Textbook of Practice*. New York/London: Routledge, 2016.

CAUVIN, Thomas. Public History: A Working Definition. *Thomas Cauvin. Website pessoal*. Disponível em: <<http://thomascauvin.com/uncategorized/public-history-a-working-definition/>>.

CONARD, Rebecca. The Pragmatic Roots of Public History Education in the United States. *The Public Historian*, v. 37, n. 1, p. 105-120, 2015.

CONARD, Rebecca. *Benjamin Shambaugh and the Intellectual Foundations of Public History*. Iowa City: University of Iowa Press, 2002.

DAVISON, Graeme. Public History. *Oxford Companion to Australian History*, edited by Graeme Davison, John Hirst and Stuart Macintyre. Melbourne: Oxford University Press, 1998, p. 532-535.

DEAN, David, editor. *A Companion to Public History*. Forthcoming: Wiley Blackwell, 2017.

DRAKE, Michael. *Applied Historical Studies: An Introductory Reader*. London: Methuen, 1973.

FARNETTI, Paolo Bertella; BERTUCELLI Lorenzo; BOTTI, Alfonso, editors. *Public History: Discussioni e Pratiche*. Milan: Mimesis, 2017.

FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. Albany: State University of New York Press, 1990.

GARDNER, James; HAMILTON Paula, editors. *Oxford Handbook of Public History*. Oxford: OUP, 2017.

GIARDINA Andrea. Opening Speech. Presentation in Annual Conference of the Italian Association for Public History, Ravenna, jun. 2017.

- GRELE, Ronald J. Whose Public? Whose History? What is the Goal of a Public Historian? *The Public Historian*, n. 3, p. 40-48, 1981.
- HAMILTON, Paula; SHOPES, Linda, editors. *Oral History and Public Memories*. Philadelphia: Temple University Press, 2008.
- HAMON Maurice; FÉLIX, Torres. *Mémoire d'avenir. L'histoire dans l'entreprise*. Paris: Economica, 1987.
- HOOCK, Holger Introduction. *The Public Historian*, v. 32, n. 3, p. 7-24, 2010.
- HOWE, Barbara. Chair's Annual Address. *The Public Historian*, v. 11, n. 3, p. 68-85, 1989.
- HOWE, Barbara. Perspective on an Anniversary. *The Public Historian*, v. 1, n. 3, p. 9-14, 1999.
- JENSEN, Bernard Eric. "Usable Pasts: Comparing Approaches to Popular and Public History." In: *Public History and Heritage Today. People and Their Pasts*, edited by Kean and Ashton. London/ New York: Palgrave Macmillan, 2012, 42-56.
- JOHNSON, Wesley G. Editor's Preface. *The Public Historian*, v. 1, n. 1, p. 4-10, 1978.
- JOHNSON, Wesley G. Editors' Note. *The Public Historian*, v. 5, n. 1, p. 4, 1983.
- JOHNSON, Wesley G., Public History in Europe. Maiden Voyage. *Newsletter of the National Council on Public History*, v. 2, n. 4, p. 1-4, 1982.
- JOHNSON, Wesley. An American Impression of Public History in Europe. *The Public Historian*, v. 6, n. 4, p. 86-97, 1984.
- JOHNSON, Wesley. The Origins of the Public Historian and the National Council on Public History. *The Public Historian*, v. 21, n. 3, p. 167-179, 1999.
- KEAN, Hilda; MARTIN, Paul. *The Public History Reader*. Routledge: London/New York, 2013.
- KEAN, Hilda. People, Historians, and Public History: Demystifying the Process of History Making. *The Public Historian*, v. 32, n. 3, p. 25-38, 2010.
- KELLEY, Robert. Public History: Its Origins, Nature, and Prospects. *The Public Historian*, v. 1, p. 16-28, 1978.
- KNEVEL, Paul. Public History. The European Reception of an American Idea? *Levend Erfgoed. Vakblad voor public folklore & public history*, v. 6, n. 2, p. 4-8, 2009.
- LEFRANC, Sylvie. L'histoire d'entreprise: l'état de lieux. *Communication et organization*, n. 7, 1995.
- MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- MERINGOLGO, Denise D., *Museums, Monuments and National parks. Towards a New Genealogy of Public History*. Amherst & Boston: University of Massachusetts press, 2012.
- NCPH's. *Waterloo, Ontario-Public History in Action: International Perspectives*. Past Annual Meetings, National Council on Public History, 1983. Disponível em: <<http://ncph.org/past-meetings/annual-meetings/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- NOVICK PETER, *That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- OFFER, Avner. Using the Past in Britain: Retrospect and Prospect. *The Public Historian*, v. 6, n. 4, p. 17-36, 1984.
- PORTELLI, Alessandro. *Biografia di una Città: Storia e Racconto: Terni 1830-1985*. Torino: Einaudi, 1985.
- PORTELLI, Alessandro. *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History*. Albany: State University of New York Press, 1991.
- PORTELLI, Alessandro. *They Say in Harlan County: An Oral History*. New York: Oxford University Press, 2011.
- ROUSSO, Henry. Applied History, or the Historian as Miracle-Worker. *The Public Historian*, v. 6, n. 4, p. 65-85, 1984a.
- ROUSSO, Henry. L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges. *Vingtième Siècle*, n. 1, p. 105-122, 1984b.
- SCHWARZ, Bill. History on the Move: Reflections on History Workshop. *Radical History Review*, n. 57, p. 203-220, 1993.
- STAVE, Bruce M. A Conversation with Joel A. Tarr: Urban History and Policy. *Journal of Urban History*, v. 9, n. 2, p. 195-232, 1983.
- STEARNS, Peter; TARR, Joel. Applied History: a New-Old Departure. *The History Teacher*, v. 14, n. 4, p. 517-531, 1981.

SUTCLIFFE, Anthony. The Debut of Public History in Europe. *The Public Historian*, v. 6, n. 4, p. 7-16, 1984.

TYRRELL, Ian. *Historians in Public: The Practice of American History, 1890-1970*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

VERGO, Peter. *The New Museology*. Islington: Reaktion Books, 1989.

WARREN-FINDLEY, Jannelle. The Globalizing of Public History: A Personal Journey. *The Public Historian*, v. 20, n. 4, p. 11-20, 1998.

ZELIS, Guy. Vers une Histoire Publique. *Le Débat*, n. 5, p.153-162, 2013.

Recebido em: fev. 2019.

Aceito em: mar. 2019.

Thomas Cauvin: Professor Assistente de História na Universidade do Estado de Colorado (EUA). Presidente da Federação Internacional para a História Pública, tem contribuído para o desenvolvimento do ensino de história pública internacional. Como historiador público, tem trabalhado com comunidades locais para a criação de exposições itinerantes, projetos online de contribuição coletiva, um documentário e na preservação histórica do patrimônio cultural francês na Louisiana. Última publicação: *Public History: A Textbook of Practice* (New York/London: Routledge, 2016), com Serge Noiret, "Internationalizing Public History", no livro "The Oxford Hand-book of Public History", editado por James Gardner e Paula Hamilton (Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 25-43), e ainda, com Ciaran O' Neill, "Negotiating Public History in the Republic of Ireland: Col-laborative, Applied, and Usable Practices for the Profession". *Historical Research*, 90, n. 250, p. 810-828, 2017. E-mail: thomas.cauvin@colostate.edu